



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, 181 – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 76801-012 – Fone 3901.3108
- PROTOCOLO -

**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO CADASTRAL –
PESSOA FÍSICA – NOTA FISCAL AVULSA**

Nº – II

Inscrição ☐ Alteração de Endereço ☐

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE				DATA DA EMISSÃO:	
Nome:			RG:		CPF :
2. ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE					
Código da Atividade	Atividade				
Data início efetivo:	Órgão da Classe		Nº Registro no Órgão		
3. ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE/DOMICÍLIO FISCAL					
Rua, Avenida, Praça, etc.			Nº	Bairro:	
Complemento (quadra, bloco, lote, etc)				Cidade:	
Cidade:	UF:	Cep:	Telefone:	E-mail:	
4. ENDEREÇO PARA CORRESPONDENCIA (Preencher apenas quando o endereço for diferente do campo 3)					
Rua, Avenida, Praça, etc.			Nº	Bairro:	
Complemento (quadra, bloco, lote, etc)				Cidade:	
Cidade:	UF:	Cep:	Telefone:	E-mail:	
5. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES					
Titular <input type="checkbox"/>	Procurador <input type="checkbox"/>		Data da Informação	CPF	
Nome:					

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações contidas neste requerimento

Contribuinte ou Representante Legal

6. DADOS DO CADASTRADOR (para uso da SEMFAZ – Divisão de Atendimento/DAC)		
Matricula	Nome	Cargo

DATA: ____/____/____

ASSINATURA DO SERVIDOR

**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO CADASTRAL –
PESSOA FÍSICA – NOTA FISCAL AVULSA**

➤ **Documentos Necessários**

**MODALIDADE: ATENDIMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA –
DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE**

I. PESSOAS NATURAIS

- a) Requerimento de Inscrição Cadastral Pessoa Física - Nota Fiscal Avulsa;
- b) Cópia da Cédula de identidade;
- c) Cópia do CPF;
- d) Procuração, com firma reconhecida, acompanhada dos documentos pessoais do procurador (cópia autenticada ou original do RG e CPF), quando o signatário do pedido de nota fiscal avulsa for procurador.

➤ **OBS.:**

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência.
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.
- c) O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº 006/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.

Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo mediante declaração falsa às autoridades fazendárias. Pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Art. 1º, I, Lei Federal 8.137/90)

Lei 199/2004 – Art. 141 – A pessoa física ou jurídica que não cumprir as obrigações acessórias previstas nesta Lei sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

II – multa no valor de 10 (dez) UPFs: